

IFES INST FED DE EDUC CIEN E TEC DO ESP SANTO

Aviso de Contratação 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	158151-IFES INST FED DE EDUC CIEN E TEC DO ESP SANTO	SIVAL ROQUE TOREZANI	11/05/2026 18:37 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	77/2026	23147.002879/2026-11

1. DISPENSA ELETR. COM DISPUTA 077/2026

(Processo Administrativo Nº 23147.002879/2026-11)

https://sipac.ifes.edu.br/public/jsp/processos/processo_detalhado.jsf?id=222437

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, UASG 158151, estabelecida à Av. Rio Branco, 50 – Bairro Santa Lucia, Vitória - ES, CEP 29056-255, inscrita no CNPJ sob o nº 10.838.653/0001-06, realizará a **Dispensa na forma ELETRÔNICA**, do tipo Menor Preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável, através do site eletrônico www.gov.br/compras, sendo que a consulta aos arquivos e seus anexos estarão disponíveis também no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br/> e no sistema SIPAC: https://sipac.ifes.edu.br/public/jsp/processos/processo_detalhado.jsf?id=222437

Período de cadastro de propostas: entre 12/05/2026 das 08h a 15/05/2026 às 07h59min.**Período de lances: em 15/05/2026 das 08h. às 13h59min.****Links: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <https://pncp.gov.br/>**

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA COM DISPUTA

2.1. Aquisição de material de consumo elétrico para atendimento das demandas do Parque Tecnológico da Cidade da Inovação, da Pró-Reitoria de Extensão e do Polo de Inovação do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, necessários às atividades de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas de baixa e média tensão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2.2. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Termo e o descrito no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, no “SIASG” ou na autorização de fornecimento e/ou instrumento equivalente, prevalecerá, sempre, a descrição do Termo de Referência e/ou seus anexos.

2.3. As descrições dos materiais e quantitativos serão os constantes no Termo de Referência/ Aviso bem como o prazo de entrega dos materiais, contados da entrega da nota de empenho, em remessa (única ou parcelada).

						PREÇO	PREÇO
--	--	--	--	--	--	-------	-------

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÕES/ESPCIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	UNITÁRIO ESTIMADO R\$	TOTAL ESTIMADO R\$
	01	Refletor LED 50W • Temperatura da cor: 6500 K (branco frio) • Fluxo luminoso mínimo: 3700 lm • Eficiência Luminosa mínima: 75 lm/W • Tensão: Bivolt automático • Grau de proteção: IP65 ou superior • Ângulo de abertura mínimo: 120° • Vida útil mínima: 25000 horas • Manutenção do fluxo luminoso: L70 ou superior (mínimo de 70% do fluxo luminoso inicial ao final da vida útil) • Material: Corpo e dissipador em alumínio preto com tampo em vidro transparente • Medidas mínimas: 140mm x 120mm x 30mm • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: Avant, Fortled ou equivalente	Unidade	30	42,31	1.269,30
	02	Refletor LED 100W • Temperatura da cor: 6500 K (branco frio) • Fluxo luminoso mínimo: 7250 lm • Eficiência Luminosa mínima: 75 lm/W • Tensão: Bivolt automático • Grau de proteção: IP65 ou superior • Ângulo de abertura mínimo: 120° • Vida útil mínima: 25000 horas • Manutenção do fluxo luminoso: L70 ou superior (mínimo de 70% do fluxo luminoso inicial ao final da vida útil) • Material: Corpo e dissipador em alumínio preto com tampo em vidro transparente • Medidas mínimas: 210mm x 180mm x 30mm • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: Avant, Fortled ou equivalente	Unidade	15	80,12	1.201,80
	03	Refletor LED 200W • Temperatura da cor: 6500 K (branco frio) • Fluxo luminoso mínimo: 15000 lm • Eficiência Luminosa mínima: 75 lm/W • Tensão: Bivolt automático • Grau de proteção: IP65 ou superior • Ângulo de abertura mínimo: 120° • Com válvula de alívio e DPS 3kVA • Vida útil mínima: 25000 horas • Manutenção do fluxo luminoso: L70 ou superior (mínimo de 70% do fluxo luminoso inicial ao final da vida útil) • Material: Corpo e dissipador em alumínio preto com tampo em vidro transparente • Medidas mínimas: 270mm x 230mm x 40mm • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: Avant, Fortled ou equivalente	Unidade	40	115,47	4.618,80
	04	Refletor LED 300W • Temperatura da cor: 6500 K (branco frio) • Fluxo luminoso mínimo: 22250 lm • Eficiência Luminosa mínima: 75 lm/W • Tensão: Bivolt automático • Grau de proteção: IP65 ou superior • Ângulo de abertura mínimo: 120° • Com válvula de alívio e DPS 3kVA • Vida útil mínima: 25000 horas • Manutenção do fluxo luminoso: L70 ou superior (mínimo de 70% do fluxo luminoso inicial ao final da vida útil) • Material: Corpo e dissipador em alumínio preto com tampo em vidro transparente • Medidas mínimas: 400mm x 320mm x 50mm • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: Avant, Fortled ou equivalente	Unidade	5	188,59	942,95
	05	Luminária pública LED 300W • Temperatura da cor: 6500 K (branco frio) • Fluxo luminoso mínimo: 36.000 lm • Eficiência Luminosa mínima: 100 lm/W • Índice de reprodução de cor (IRC): mínimo 70 • Tensão: Bivolt automático • Driver: Driver eletrônico de corrente constante, com proteção contra surtos elétricos, curto-circuito, sobrecarga e sobreaquecimento • Fator de potência mínimo: 0,92 • Formato: Pétala com mínimo de 3 módulos LED • Grau de proteção: IP66 ou superior • Ângulo do feixe de luz: 120° graus • Vida útil mínima: 50000	Unidade	10	403,13	4.031,30

	horas • Manutenção do fluxo luminoso: L70 ou superior (mínimo de 70% do fluxo luminoso inicial ao final da vida útil) • Proteção contra surtos: mínimo 10 kV (integrada ou no driver) • Material: Liga de alumínio tratado com pintura eletrostática a pó e acrílico industrial • Instalação com suporte ajustável para direcionamento e fixação da luminária • Garantia mínima: 36 meses • Marca de Referência: Philips ou equivalente				
06	Lâmpada LED Bulbo 50W • Temperatura da cor: 6500 K (branco frio) • Fluxo luminoso mínimo: 4000 lm • Eficiência luminosa mínima: 80 lm/W • Tensão: Bivolt automático • Formato bulbo: A19 • Soquete: E27 • Vida útil mínima: 25000 horas • Certificação: Selo Procel • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: Avant, Elgin ou equivalente	Unidade	20	32,51	650,20
07	Painel de LED quadrado sobrepor 18W • Temperatura da cor: 6500 K (branco frio) • Fluxo luminoso mínimo: 1260 lm • Eficiência luminosa mínima: 70 lm/W • Tensão: Bivolt automático • Cor: Branco • Índice de proteção: IP20 • Ângulo de abertura mínimo: 120° • Tipo de instalação: Sobrepor • Vida útil mínima: 25000 horas • Material: Corpo em alumínio e difusor em policarbonato • Medidas: 225mm x 225mm x 40mm • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: Avant, Blumenau ou equivalente	Unidade	10	29,14	291,40
08	Painel de LED quadrado sobrepor 30W • Temperatura da cor: 6500 K (branco frio) • Fluxo luminoso mínimo: 2400 lm • Eficiência luminosa mínima: 80 lm/W • Tensão: Bivolt automático • Cor: Branco • Índice de proteção: IP20 • Ângulo de abertura mínimo: 120° • Tipo de instalação: Sobrepor • Vida útil mínima: 25000 horas • Material: Corpo em alumínio e difusor em policarbonato • Medidas: 400mm x 400mm x 40mm • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: Avant, Blumenau ou equivalente	Unidade	10	171,12	1.711,20
09	Cabo elétrico flexível tipo PP, formação 3 x 2,5 mm², fornecido em rolo com 100 metros, com condutores de cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 5 de encordoamento, com isolamento em cloreto de polivinila (PVC), tensão nominal de 300/500 V, temperatura de operação mínima de 70°C (ou superior, conforme fabricante). Cabo com veias isoladas, identificadas e torcidas entre si, com cobertura externa em PVC, adequado para uso em instalações móveis e equipamentos elétricos. Produto em conformidade com a norma ABNT NBR NM 247-5 (ou norma equivalente vigente). • Certificação: INMETRO • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: SIL e Cobrecom ou equivalente	Rolo	1	1.277,07	1.277,07
10	Cabo elétrico flexível unipolar 2,5 mm², na cor azul claro, fornecido em rolo com 100 metros, com condutor de cobre eletrolítico, têmpera mole, encordoamento classe 4 ou 5, tensão de isolamento 450/750 V, isolamento em PVC (policloreto de vinila) tipo BWF (não propagante de chama), destinado a instalações elétricas de baixa tensão, em conformidade com as normas da ABNT, especialmente NBR NM 247-3 ou equivalente vigente. • Certificação: INMETRO • Garantia	Rolo	2	272,92	545,84

01

	mínima: 12 meses • Marca de Referência: SIL e Cobrecom ou equivalente				
11	Cabo elétrico flexível unipolar 2,5 mm², na cor preta, fornecido em rolo com 100 metros, com condutor de cobre eletrolítico, têmpera mole, encordoamento classe 4 ou 5, tensão de isolamento 450/750 V, isolamento em PVC (policloreto de vinila) tipo BWF (não propagante de chama), destinado a instalações elétricas de baixa tensão, em conformidade com as normas da ABNT, especialmente NBR NM 247-3 ou equivalente vigente. • Certificação: INMETRO • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: SIL e Cobrecom ou equivalente	Rolo	2	272,92	545,84
12	Relé fotoeletrônico para comando automático de iluminação, capacidade mínima de 1200 W para cargas compatíveis, acionamento automático entre 5 e 30 lux (liga ao escurecer e desliga ao amanhecer), compatível com lâmpadas LED, fluorescentes, incandescentes e vapor de sódio, tensão de alimentação bivolt 100– 305 V AC. • Equipamento com proteção contra surtos elétricos (varistor ou equivalente), grau de proteção mínimo IP65, resistência a intempéries (sol, chuva, umidade e poeira) • Temperatura de operação entre –5 °C e 50 ° C • Vida útil mínima de 40.000 ciclos de operação sob carga nominal • Em conformidade com a ABNT NBR 5123 ou norma equivalente vigente, com certificação compulsória e selo INMETRO quando aplicável • Garantia mínima: 36 meses • Marca de referência: MarGirus ou equivalente	Unidade	25	40,89	1.022,25
13	Base para relé fotoelétrico para comando automático de iluminação, tensão de alimentação 100–240 V AC, frequência 50/60 Hz, própria para instalação ao tempo, fixação em postes, alvenarias ou suportes de luminárias, fabricada em material termoplástico de engenharia resistente a intempéries e raios UV. • Contatos em latão estanhado anticorrosivo, com cabos de ligação internos com seção mínima de 1,5 mm² e comprimento aproximado de 300 mm, fixados por sistema de crimpagem • Capacidade de corrente nominal mínima de 10 A • Grau de proteção mínimo IP65, adequada para instalação externa exposta a intempéries • Com identificação clara dos terminais e compatibilidade com relés fotoelétricos padrão NBR 5123 (3 pinos) ou equivalente técnico internacional • Em conformidade com a ABNT NBR 5123 ou norma substituta vigente • Garantia mínima: 36 meses • Marca de referência: MarGirus ou equivalente	Unidade	15	10,00	150,00
14	Chuveiro elétrico 220 V, fabricado em material termoplástico de engenharia, cor branca, formato redondo, potência mínima de 5500 W, com sistema de aquecimento compatível com variação de temperatura da água. • Conexão de entrada de água de 1/2" de diâmetro • Pressão de funcionamento entre 10 e 400 kPa (1 a 40 m.c.a.) • Fornecido com conjunto de instalação compatível, incluindo cano de ligação, canopla e acessórios básicos de fixação, conforme padrão do fabricante • Produto em conformidade com a ABNT NBR 12483 ou norma equivalente vigente • Garantia mínima: 12 meses • Marca de referência: Lorenzetti ou equivalente.	Unidade	2	115,66	231,32
	Fita Isolante Elétrica • Material básico: Filme de				

15	PVC com adesivo a base de borracha, antichama, autoextinguível e com alto índice térmico • Cor: Preta • Resistência à tensão: Até 750 V • Temperatura máxima de funcionamento: 105 °C • Largura nominal: 19 mm • Espessura nominal: 0,18 mm • Comprimento nominal: 20 metros • Requisito de segurança: NBR 5037 • Certificação: ABNT NBR NM 60454-3-1 Tipo 9, Classe A • Validade mínima: 20 meses • Marca de referência: 3M ou equivalente	Unidade	5	31,82	159,10
16	Alicate universal de 8 polegadas, com cabo revestido em PVC, com isolamento elétrica para até 1.000 V. Corpo forjado em aço cromovanádio, com tratamento térmico (têmpera) que garanta resistência e durabilidade, e acabamento com proteção anticorrosiva. Deve possuir empunhadura ergonômica e antideslizante. Produto em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, incluindo a NBR 9699, e atender aos requisitos da NR-10. • Garantia mínima: 12 meses • Marca de referência: Gedore, Tramontina ou equivalente.	Unidade	1	82,65	82,65
17	Lâmpada LED Tubular 10W • Temperatura da cor: 6500 K (branco frio) • Fluxo luminoso mínimo: 900 lm • Eficiência luminosa mínima: 90 lm/W • Tensão: Bivolt automático • Forma: Tubular (T8) • Soquete: G13 • Vida útil mínima: 25000 horas • Certificação: Selo Procel • Medida: 600 mm x 25 mm • Garantia mínima: 12 meses • Marca de referência: Elgin, Taschibra ou equivalente	Unidade	100	9,82	982,00
18	Alicate Desencapador Automático • Funções: desencape, corte e crimpagem de condutores elétricos • Tamanho: 8 polegadas (aproximadamente 200 mm) • Faixa de operação: 0,2 a 6,0 mm ² ou equivalente funcional • Corpo em aço carbono ou material de resistência equivalente, com tratamento anticorrosivo • Lâminas em aço de alta resistência com dureza mínima de 52 HRC ou equivalente técnico, assegurando resistência ao desgaste e precisão de corte • Cabo ergonômico em material isolante e antideslizante • Batente para ajuste do comprimento de desencape • Sistema de ajuste automático ou regulagem equivalente para diferentes bitolas • Sistema de microajuste da força de corte (pino ou mecanismo equivalente) • Mecanismo de retorno automático por mola ou sistema equivalente • Garantia de precisão no corte e desencape sem danos ao condutor elétrico • Função de crimpagem para terminais elétricos isolados e não isolados (0,5 a 6,0 mm ²) e terminais de ignição compatíveis com 7 a 8 mm • Uso profissional contínuo, sendo vedado equipamento com característica de uso exclusivamente doméstico ou eventual • Garantia mínima: 12 meses • Marca de referência: Tramontina PRO ou equivalente	Unidade	1	262,10	262,10
19	Solda de estanho em fio, com núcleo de fluxo do tipo trifluxo, acondicionada em carretel, composta por liga metálica com 60% de estanho (Sn) e 40% de chumbo (Pb). Apresenta diâmetro de 1,0 mm, comprimento mínimo de 75 metros e massa aproximada de 0,5 kg. Possui temperatura de fusão sólida de 183°C e temperatura de fusão líquida de 190°C, sendo indicada para aplicações em soldagem	Rolo	2	148,59	297,18

		eletrônica, devendo apresentar boa fluidez, aderência e formação de junta uniforme. • Garantia mínima: 12 meses • Marca de Referência: Vonder ou equivalente				
VALOR TOTAL GERAL R\$.....						

OBS: Favor se aterem as descrições técnicas e demais exigências dos serviços/objeto conforme definido no TERMO DE REFERÊNCIA.

2.3.1. Os objetos devem ser entregues na Avenida Anísio Fernandes Coelho, nº 1.260, Bairro Jardim da Penha, Vitória - ES, CEP 29060-670, aos cuidados da Secretaria do Gabinete da Pró-Reitoria de Extensão, em dias úteis, no horário de 8h às 16h, telefone (27) 3357-7500 – Ramal 6003, conforme definido no Termo de Referência

2.3.2. Para participar do lote/grupo, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

2.4. O critério de julgamento adotado para o **GRUPO será o MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, no TR e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.5. A proposta no sistema deve ter constar o valor até o 2º (segundo) dígito após a vírgula, sendo que o 3º (terceiro) e 4º (quarto) dígitos após a vírgula serem zero (exemplo: 111,1100).

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

3.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014- TCU-Plenário); e

3.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

3.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4. INGRESSO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. Após a abertura da dispensa, deverá ser respeitado o prazo de no mínimo 6 (seis) horas corridas para a fase de lances dos fornecedores;

4.2.2. Encerrada a fase de lances, sendo apresentada a ordem classificatória dos fornecedores por menor preço apresentado, devem os licitantes se aterem as MENSAGENS DO CHAT, coletivas e individuais e seu atendimento e o vencedor enviar a PROPOSTA ATUALIZADA, RESPOSTA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES (Conforme prazos informados no CHAT pelo Servidor que esteja conduzindo a Sessão) SOMENTE VIA CONVOCAÇÃO (JÁ DISPONÍVEL NO SISTEMA COMPRASNET) acompanhado da documentação de habilitação solicitada no Anexo I deste documento e documentos técnicos/manuais, CONTENDO DADOS TÉCNICOS DO SERVIÇO/PRODUTO OFERTADO E A SUA FICHA TÉCNICA; etc...,

4.2.3. Acompanhado da proposta é de extrema importância a apresentação de dados técnicos do produto (manual, prospecto, etc) para análise técnica;

4.2.4. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

4.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

4.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro. 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1,0% (um por cento).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

6.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar dados técnicos, manuais e planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. conter vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da proposta/planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União(<http://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação. 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item (ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.11. Na emissão do empenho ou assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato, conforme disposto no art. 6º da Lei Nº 10.522/2002, Medida Provisória nº 1.259/2024 e Lei nº 14.973/2024.

A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato /Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. A Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido sendo respeitado o prazo mencionado, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração. 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos; 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da assinatura, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9.12. Procedimento de apuração de responsabilidade e das dosimetrias da sanções:

9.12.1. A aplicação e a dosimetria das sanções administrativas previstas nesta seção deverá ser realizada mediante instauração e instrução do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR), nos termos fixados no Regulamento interno deste Instituto Federal, conforme Portaria nº 1010, de 17 de abril de 2025 (disponível no link: <https://proad.ifes.edu.br/normativas/portarias-normativas>).

9.12.2. As aplicações das sanções administrativas, quando cabíveis, observarão as leis vigentes e as condições preestabelecidas nos instrumentos vinculantes, tais como editais, contratos, termos de compromisso e/ou outros documentos de natureza semelhante, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado-Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá: 10.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1. ANEXO I – Termo de Referência-TR;

10.13.2. ANEXO II – Documentação exigida para Habilitação (anexo ao este termo de referência/AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA);

10.13.3. ANEXO III – Modelo de proposta;

Vitória/ES, 11 de maio de 2026.

SIVAL ROQUE TOREZANI

Coordenador de Licitações e Compras CLC/Ifes-REITORIA

Port, N° 805/GR/2018, de 13/04/2018

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SIVAL ROQUE TOREZANI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 18:37:29.

ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TERMO DE REFERENCIA.pdf (92.51 KB)
- Anexo II - Documentacao exigida para Habilitacao.pdf (104.0 KB)
- Anexo III - Modelo de Proposta.docx (11.76 KB)
- Anexo IV - Modelo de Proposta.pdf (50.07 KB)
- Anexo V - ATO DA AUTORIDADE QUE AUTORIZA A CONTRATACAO.pdf (12.22 KB)